

Ação Feminista Global contra retrocesso nos direitos das mulheres

A missão do Governo Brasileiro presente na 60ª sessão da Comissão de Direitos Humanos da ONU, em Genebra, enviou carta ao presidente da Comissão, no último dia 31 de março, informando a decisão de manter o rascunho da Resolução intitulada "Direitos Humanos e Orientação Sexual" e solicitar o adiamento da sua votação até 2005, quando acontece a 61ª reunião de Direitos Humanos da ONU. A Resolução Brasileira era apoiada pela Argentina, pelo Parlamento Europeu e pelos governos do México e do Reino Unido, mas sofreu forte pressão da Organização dos Países Islâmicos e do Vaticano.

No Boletim da Red Hispana de Derechos Humanos, George Broadhead, ativista britânico e secretário da Associação Humanista de Gays e Lésbicas (filial à Anistia Internacional) declarou: o fato revela as cores verdadeiras dos estados religiosos que exerceram forte pressão contrária ao texto da Resolução, tanto "por parte das nações não democráticas islâmicas, onde são perseguidas e mortas lésbicas e homossexuais", como por parte do Vaticano, que ainda se promove como defensor dos direitos humanos.

Testemunhos

Para Alejandra Sardá, coordenadora do Programa para América Latina e Caribe da *Comissão Internacional dos Direitos Humanos da Comunidade Lésbica e Gay (IGLHRC)*, apesar da votação ter sido adiada para 2005, dado o difícil contexto atual, isso se configura como um modesto triunfo. "Ao menos, a Resolução não foi eliminada da agenda da Comissão".

Sardá ainda destacou o fato de que, pela primeira vez na Comissão, foram apresentados testemunhos de pessoas LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros), que falaram sobre tortura (Raquel Caballero, Paraguai), intolerância religiosa e orientação sexual (Pilar Sanchez, México) e sobre expressão de gênero e liberdade de expressão (Jelena Postic, Croácia, e Fannyam Eddy, Sierra Leona). Também pela primeira vez foi feito na ONU um painel sobre Transgeneridades, do qual participaram pessoas transgêneros da Argentina, África do Sul, Turquia e Espanha, além de Relatoras especiais sobre Violência contra as Mulheres e sobre Execuções extrajudiciais. Além disso, aconteceram dois painéis em que ativistas LGBT do Sur Global realçaram por que os temas de orientação sexual são temas de direitos humanos.

Dorothy Aken'ova (diretora da ONG nigeriana INCREASE e colaboradora da Rede DAWN), fez forte apelo à ação do movimento feminista neste momento em que o Brasil recuou na ONU em seu compromisso histórico de garantir os direitos humanos das mulheres de maneira geral, e especificamente de lésbicas e homossexuais.

Segundo informe divulgado pela Rede Nacional Feminista de Saúde, a delegação brasileira não aceitou proposições da União Européia e do Canadá, no sentido de incluir no texto da Resolução sobre o Direito à Saúde a promoção dos direitos reprodutivos como fundamentais para o alcance das Metas de Desenvolvimento do Milênio da Conferência do Cairo, nem a menção à Plataforma dessa Conferência para a realização do Direito à Saúde, que era a proposta da Nova Zelândia.

Por efeito das reações dos países islâmicos, do Vaticano e dos EUA, o Brasil propôs uma reformulação onde os direitos sexuais e os direitos reprodutivos são tratados sem destaque entre os outros elementos das Metas do Milênio. Esta posição internacional é contraditória com o que tem sido defendido no âmbito nacional pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e pelo Ministério da Saúde, em sintonia com a perspectiva feminista.

Cobrando compromissos

Considerando este contexto, a nossa ação deve ser a de pressionar o Governo Brasileiro contestando a postura que assumiu na Comissão de Direitos Humanos, afinal "as mulheres têm o direito à saúde sexual e reprodutiva, ao direito de ter controle sobre seus corpos e a decidir livremente sobre a própria sexualidade". Isto vai, portanto, além do que deve ser defendido como mecanismos de proteção e enfrentamento à violência de gênero e à epidemia do HIV/Aids. Este direito humano das mulheres diz respeito à própria cidadania e a democracia defendida pelas feministas para todas as mulheres e para mulheres e homens.

A reivindicação do movimento feminista, que se mantém, é de que seja reafirmado o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo) e da IV Conferência Mundial da Mulher (Beijing). Este princípio deverá pautar nossos debates nas Conferências Estaduais de Políticas para Mulheres e de Direitos Humanos, que acontecem este ano.

Feministas na I CNPM

Iniciamos pelo Nordeste a cobertura sobre as ações do movimento de mulheres nas conferências estaduais. Até o momento, o processo nos estados tem evidenciado dificuldades decorrentes da fragilidade dos mecanismos institucionais para a defesa dos direitos das mulheres, nos estados.

Os conselhos estaduais apresentam problemas na composição e na condução de processos de interlocução entre Estado e sociedade civil. O caso da plenária do Regional Cariri, no Ceará – estado que possui um Conselho, e a forma como vem sendo conduzido o processo estadual da Conferência em Pernambuco, onde não existe Conselho, são dois bons exemplos de como a intervenção do movimento de mulheres na I CNPM tem assegurado a democracia do processo.

• Institucionalidade garante participação feminista em Pernambuco

Na ausência de um conselho estadual de direitos da mulher, o Fórum de Mulheres de Pernambuco interpelou o governo estadual quanto ao processo da Conferência e firmou-se como interlocutor político.

A estratégia principal do FMPE tem sido a de garantir a institucionalidade, seguindo à risca o regimento debatido exaustivamente. O Fórum criou grupos de trabalho para cada subcomissão, que elabora propostas antes de reunir-se com outros movimentos e representantes governamentais que integram cada subcomissão. As subcomissões apresentam as propostas de suas áreas à comissão organizadora, que também conta com representantes de outros movimentos de mulheres, além do governo.

Aprovada na comissão organizadora, a decisão institucionalizada é monitorada em sua implementação. Todo o funcionamento das plenárias regionais e da conferência regional está sendo definido em detalhes para evitar surpresas e garantir democracia no processo.

O conteúdo comum, para evitar manipulações, é também definido institucionalmente. A comissão temática elabora termos de referência, debatidos e aprovados pela comissão organizadora, que devem ser seguidos pelas consultoras contratadas pelo governo estadual para a elaboração das palestras. Até mesmo os termos das falas de abertura das plenárias regionais e a forma de composição da mesa foram definidos pelas comissões. No caso, a de metodologia. Depois de aprovado na comissão organizadora passa a ser *lei*.

Pela via de acordos institucionalizados tem se procurado manter controle e transparência no processo.

• Reafirmando a perspectiva feminista

Através de carta enviada à Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM), representantes do movimento de mulheres da região do Cariri, no Ceará, denunciaram as arbitrariedades da Comissão Organizadora da plenária regional, realizada dia 16 de abril, no município de Juazeiro.

A comissão não aceitou a proposição defendida pelas participantes do movimento de mulheres, para que fosse revista a sua composição. “Além de ter apenas representantes de Juazeiro, todas/os as/os integrantes da Comissão eram ligadas/os de algum modo à Prefeitura local, sendo a maior parte funcionários/as e representantes governamentais no Conselho Estadual de Direitos da Mulher”, ressaltou Lourdes Góes, feminista da ONG Casa Lilás, localizada no Crato, um dos 42 municípios da região.

As representantes do movimento de mulheres também defenderam que a coordenação dos trabalhos da Plenária estivesse dentro da proporcionalidade indicada para a conferência nacional: 40% formados por delegadas/os governamentais e 60% por representantes da sociedade civil. Mas isso também foi rejeitado. Após vários debates e sob um clima tenso, o máximo obtido pelo movimento de mulheres foi a presença de algumas representantes da sociedade civil na mesa de abertura, que inicialmente era formada majoritariamente por representantes políticos do município de Juazeiro. A representante das mulheres rurais, no entanto, foi impedida de participar da mesa.

Resultados

À tarde, na abertura dos trabalhos, a Comissão Organizadora decidiu renunciar e imediatamente declarou o entendimento de que estava encerrada a plenária regional. Assim, deu início à retirada de equipamentos e da infraestrutura montada, inclusive desligando a energia elétrica. Apesar das ameaças e xingamentos, o movimento de mulheres permaneceu e realizou a plenária, contando com o apoio e a presença de representantes das prefeituras do Crato, Acopiara, Iguatu e Quixelô, além de outros/as delegadas/os da sociedade civil. Ao final, tiraram 58 delegadas para a Conferência Estadual do Ceará e aprovaram várias moções de repúdio que serão encaminhadas à SPM. **Na plenária de Fortaleza**, realizada ontem, as delegadas reconheceram a Plenária do Cariri e aprovaram Moção de Repúdio pela atitude antidemocrática da Comissão Organizadora.

ANTIFEMINISTA - Também chamou a atenção na Plenária do Cariri a fala de uma das integrantes da mesa de abertura, que afirmou ser o feminismo “coisa do passado”. De acordo com Lourdes Góes, essa integrante da mesa destacou que a Plenária seria para homens e mulheres discutirem juntas algumas propostas de políticas para mulheres e não um espaço para luta feminista.

Para a AMB, a visão antifeminista desta integrante da mesa trouxe à tona a perspectiva política de uma abordagem de gênero que tem sido propagada em vários contextos. Ao descartar em sua fala a crítica feminista à ordem social que impõe papéis diferenciados para mulheres e homens, a delegada afirmou sua crença de que um clima de unidade, com mudança apenas em comportamentos individuais de mulheres e homens é suficiente para o enfrentamento e a superação do grau de injustiça a que estão submetidas as mulheres. De fato, esta é a perspectiva do campo antifeminista de gênero, que defende a valorização dos papéis femininos, mas não a sua transformação.

Feminista na Unctad e na defesa dos direitos humanos

A AMB passou a integrar o grupo que organiza os debates do eixo de Direitos Humanos do Fórum Oficial da Sociedade Civil na XI Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), que acontecerá em junho, em São Paulo (SP).

Esta decisão responde à indicação do Comitê Político Nacional da AMB, que em 2003 posicionou-se pela articulação de lutas feministas de resistência e busca de alternativa ao livre comércio.

O foco da ação do grupo será a defesa dos direitos no contexto de livre comércio e a luta contra a mercantilização dos direitos sociais.

Além da AMB, integram o grupo: feministas da Rede Internacional sobre Gênero e Comércio - IGTN, Articulação Feminista Marcosur e Equit (organização onde está Graciela Rodriguez, do GT Gênero da Rede Brasileira pela Integração dos Povos - Rebrip).

Povos indígenas denunciam o Brasil na OEA

No final de março, o Brasil foi denunciado na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) por violar direitos indígenas. A denúncia foi formalizada pelo Conselho Indígena de Roraima, pela demora do governo em homologar a terra indígena Raposa Serra do Sol, localizada em Roraima, na fronteira Brasil-Venezuela-Guiana.

Dos 23 processos finalizados no Governo FHC que aguardavam homologação, foram aprovados 22 no atual governo, faltando apenas este da Raposa do Sol. A homologação é o ato que conclui todo o processo legal de identificação e demarcação da área.

Expectativas

A terra indígena Raposa Serra do Sol é a habitação ancestral dos povos macuxi, wapichana, ingarikó, taurepang e patamona, uma população estimada em 15 mil índias/os. Joênia Batista de Carvalho, da etnia wapixana e primeira advogada indígena do Brasil declarou que a denúncia na OEA deverá tanto forçar o governo brasileiro a explicar os motivos da morosidade na homologação, como também a apresentar garantias de que a terra não será reduzida. A OEA poderá ainda recomendar ao Brasil a revisão de ações que descumpram artigo dos acordos de direitos humanos assinados pelo país. Com a homologação da terra indígena, caberá ao governo brasileiro elaborar um plano bem ordenado para a retirada não forçada da população não indígena da área.

Comissão convoca Plenária Nacional de Mulheres Negras

Será realizada entre os dias 28 e 30 de maio, em São Paulo (SP), a plenária nacional que definirá a executiva do Fórum Nacional de Mulheres Negras, um dos espaços de articulação nacional das mulheres negras brasileiras. A Comissão Executiva Provisória está convocando todas as mulheres que estiveram presentes no III Encontro Nacional de Mulheres Negras (Belo Horizonte, 2001), para que elejam as três delegadas de cada estado que deverão participar da plenária nacional. Isso tanto pode acontecer através de plenárias, nos estados onde existem fóruns, como através de reuniões de organizações de mulheres negras.

Para mais informações, escrever para seminarionacionalmulheresnegras@iq.com.br. Integram a comissão provisória do Fórum Nacional de Mulheres Negras: Denise Barbosa (MNU-RJ), Deise Benedito (Fala Preta), Joana Angélica (Fermnrj-RJ), Rosa Anacleto (Unegro) e Rogéria Soares (Ilê Obi Otibirim).

CONtextos

Anexamos a esta edição a Carta Final do Seminário de Avaliação do Governo Lula, divulgada pela Associação Brasileira de ONGs (ABONG), dia 15 de abril. Incluímos ainda o texto "Perdas e danos no jogo de erros da política econômica", de Fernando Cardim, um dos palestrantes no seminário da Abong, que também esteve no Seminário sobre Gênero e Raça nas Políticas Públicas, promovido pela AMB, Articulação de ONGs de Mulheres Negras Brasileiras, CFEMEA, Instituto SOS Corpo, Geledés e Criola, durante o Fórum Social Brasileiro.

A crítica dos dois textos à política econômica atual dá continuidade à reflexão que a AMB vem propondo nas últimas edições do boletim Articulando.